

29/09/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 23.188 PARANÁ

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S)	: CLAUDINEY ERNANI GIANNINI
AGTE.(S)	: EDSON CHAVES FILHO
ADV.(A/S)	: CLAUDINEY ERNANI GIANNINI
AGDO.(A/S)	: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S)	: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE LONDRINA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AGDO.(A/S)	: JAN WALTER STEGMANN
ADV.(A/S)	: EDSON CHAVES FILHO

AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. SÚMULA VINCULANTE 47. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. EXPEDIÇÃO DE RPV EM SEPARADO. IMPOSSIBILIDADE.

1. A Súmula Vinculante 47 do STF não autoriza a expedição de requisição de pequeno valor em separado para adimplemento de honorários contratuais avençados entre jurisdicionado e causídico.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, **em sessão virtual, de 22 a 28 de setembro de 2017**, sob a Presidência do Senhor Ministro Edson Fachin, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2017.

Ministro **EDSON FACHIN**

RCL 23188 AGR / PR

Relator

29/09/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 23.188 PARANÁ

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S)	: CLAUDINEY ERNANI GIANNINI
AGTE.(S)	: EDSON CHAVES FILHO
ADV.(A/S)	: CLAUDINEY ERNANI GIANNINI
AGDO.(A/S)	: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S)	: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE LONDRINA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AGDO.(A/S)	: JAN WALTER STEGMANN
ADV.(A/S)	: EDSON CHAVES FILHO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): Trata-se de agravo regimental contra decisão monocrática que julgou improcedente a Reclamação, com fundamento em precedentes da Corte e na Súmula Vinculante 47.

Nas razões recursais, sustenta-se a divergência entre a decisão por mim proferida em relação à Súmula Vinculante 47 do STF.

Alude-se a natureza alimentar dos honorários contratuais, uma vez que constituem contraprestação ao trabalho executado.

Afirma-se que há entendimento consolidado segundo o qual o advogado pode requisitar a execução de seus honorários em destacado do crédito principal porquanto “*tem origem distinta e pertence à pessoa diversa*” (eDOC 29, p. 3).

Instada a se manifestar, a parte agravada não apresentou contrarrazões (eDOC 36).

É o relatório.

29/09/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 23.188 PARANÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): A irresignação não merece prosperar.

A parte insurgente não trouxe argumentos com aptidão para infirmar a decisão recorrida.

Desta forma, constata-se que a decisão recorrida está respaldada pela jurisprudência pacífica do STF segundo a qual não se admite a expedição de RPV em separado para pagamento de honorários contratuais, por força do artigo 100, §8º, da Constituição Federal.

Nesse sentido, cito excerto de manifestação do Ministro Dias Toffoli na Rcl-MC 22.894, de relatoria de Sua Excelência, DJe 26.02.2016:

“Não há plausibilidade jurídica na tese de que a SV nº 47 prescreve direito do advogado receber diretamente da parte sucumbente, de forma destacada e independente do crédito principal, os honorários decorrentes de contrato firmado com a parte vencedora, uma vez que a satisfação do contrato de prestação de serviços advocatícios é de responsabilidade do contratante.”

Sendo assim, não se desconhece a relevância dos honorários contratuais e sucumbenciais e respectiva natureza alimentar. Contudo, quando a Fazenda Pública está em juízo, a primeira modalidade estabelece relação entre o jurisdicionado vencedor e seu causídico, ao passo que a segunda representa liame entre o advogado e o Poder Público. Essas diferenças depreendem-se, no plano infraconstitucional, da dicção dos arts. 22 e 23 da Lei 8.906/1994, in verbis:

“Art. 22 (omissis)

§ 4º Se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de

RCL 23188 AGR / PR

honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou.

Art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.”

Ainda sobre o tema, confira-se o seguinte precedente:

“CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR EM SEPARADO. PEDIDO INDEFERIDO PELO JUÍZO RECLAMADO. CONTRARIEDADE À SÚMULA VINCULANTE 47. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.” (Rcl. 22.187, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe 23.05.2016)

Transcrevo, por oportuno, o seguinte excerto do voto do ministro Teori Zavascki no precedente indigitado:

“Ademais, consta da transcrição do início do debate ocorrido quando da aprovação da proposta de súmula vinculante que Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente) observou que o Procurador-Geral da República Rodrigo Janot Monteiro chamou atenção ao fato de que ‘não há entendimento jurisprudencial consolidado nesta Corte quanto à possibilidade do fracionamento da execução para que os honorários advocatícios contratuais sejam pagos em separado’, o que foi ratificado na manifestação do Ministro Dias Toffoli, integrante da Comissão de Jurisprudência. Ao fim, a proposta de súmula vinculante foi aprovada nos termos da manifestação do Ministro Marco Aurélio, que defendeu a supressão da menção a

RCL 23188 AGR / PR

dispositivos constitucionais e legais, sem que fosse efetivamente discutida a questão apresentada pela Procuradoria-Geral da República. Nessas circunstâncias, em que os precedentes que embasaram a formação da súmula vinculante não refletem jurisprudência pacificada relativamente aos honorários contratuais, a decisão agravada deve ser mantida.”

Nesse mesmo sentido, cito ainda os seguintes julgados: Rcl 24.201, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 01.06.2016; Rcl. 23.153, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 01.06.2016; e Rcl. 22.022, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 25.05.2016.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 23.188

PROCED. : PARANÁ

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN

AGTE.(S) : CLAUDINEY ERNANI GIANNINI

AGTE.(S) : EDSON CHAVES FILHO

ADV.(A/S) : CLAUDINEY ERNANI GIANNINI (45167/PR)

AGDO.(A/S) : UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

INTDO.(A/S) : JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA
COMARCA DE LONDRINA

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

AGDO.(A/S) : JAN WALTER STEGMANN

ADV.(A/S) : EDSON CHAVES FILHO (51335/PR)

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. **2ª Turma**, Sessão Virtual de 22 a 28.9.2017.

Composição: Ministros Edson Fachin (Presidente), Celso de Mello, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli.

Disponibilizou processo para esta sessão o Ministro Alexandre de Moraes, não tendo participado do julgamento desse feito o Ministro Edson Fachin por suceder, na Segunda Turma, o Ministro Teori Zavascki.

Ravena Siqueira
Secretária